



XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã



DIRETRIZES DE ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL: PROPOSIÇÕES COM E PARA CRIANÇAS¹

Mayra Fernanda Ferreira

Universidade Estadual Paulista - Unesp; Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio;
Faculdade Metropolitana

RESUMO

As infâncias e as potencialidades de participação na mídia são o foco deste trabalho, a partir de uma pesquisa-ação com crianças para a elaboração de diretrizes de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). Tendo como pressuposto teórico a Comunicação Participativa e as orientações da Unesco, a proposta apresentada é resultado de reflexões com 20 crianças, a fim de problematizar ações entre os agentes de socialização das infâncias e a promoção do protagonismo cidadão destas nas mídias e na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Infâncias; Cidadania; Alfabetização Midiática e Informacional; Protagonismo.

1 INTRODUÇÃO

Na promoção das infâncias, como pressupõe a Comunicação Participativa (Kaplún 1983), visa-se fomentar espaços para a livre expressividade dos sujeitos, bem como assegurar que possam ter acesso a informações e a compartilhar opiniões sobre temas que lhes são de interesse. Nesse sentido, ao valorizar o público infantil e a atuação social das crianças, os agentes de socialização da infância – a princípio a família, a escola e a mídia (Belloni, 2009) – estariam promovendo uma cultura de participação cidadã. É, a partir dessa perspectiva, que este trabalho fomenta um diálogo com 20 crianças, enquanto sujeitos comunicativos de uma pesquisa-ação, para debater as potencialidades das expressividades infantis e o modo como se relacionam com as mídias. O objetivo é promover o empoderamento infantil diante da mídia, considerando os pressupostos da Alfabetização Midiática e Informacional, conforme estabelece a Unesco.

Neste trabalho, articulam-se as diretrizes da AMI com as potencialidades das infâncias nas mídias de modo a valorizar sua autoexpressividade e o diálogo entre os agentes de socialização acerca de temas de interesse das próprias crianças, além de indicar como as características do ecossistema comunicativo se relacionam com formatos, linguagens, conteúdos que proporcionem espaços participativos para as crianças. Pretende-se com as diretrizes de AMI, aqui apresentadas, contribuir nessa direção.

¹ Trabalho apresentado no **GT 01- Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã** da XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2024, de 11 a 13 de junho de 2024, na Universidade São Judas (Paulista), São Paulo-SP.

2 METODOLOGIA

Tendo em vista que este estudo se insere em uma dinâmica social contemporânea, que engloba mídias e sua presença junto às infâncias, nossa opção metodológica se faz pela pesquisa-ação (Thiollent, 2007) que se apresenta enquanto uma metodologia participativa. Mario Kaplún (1983) é o teórico que nos apresenta o modelo de comunicação participativa a partir do qual se promovia a autoexpressividade dos sujeitos, uma vez que eram considerados e valorizados como protagonistas das próprias mensagens, retroalimentando um sistema comunicativo em grupos no qual todos são emissores e receptores. Essa abordagem teórica e metodológica oferece, a nosso ver, subsídios para a proposição de diretrizes de participação comunicativa das infâncias.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A infância, como situa Belloni (2009), é uma categoria social, carregada de representações a fim de compreender um fenômeno social, que se articula ao ser criança. Para além da história da infância, é necessário se atentar à articulação com o futuro e às reconfigurações que perpassam a infância em meio às mídias como agentes de socialização das crianças, como a família e a escola. Em complemento, Mora (2016, p. 70) relata que há necessidade de “um reposicionamento da família, do Estado e da sociedade diante das novas mídias digitais, de modo que esses atores não se omitam em seu papel de apoiar os adolescentes [e as crianças] no desenvolvimento de resiliência diante de riscos, no reconhecimento de oportunidades e na participação no debate sobre a governança da Internet”.

Diante da presença das tecnologias, emerge a proposta de Alfabetização Midiática e Informacional, referindo-se

às competências essenciais (conhecimentos, habilidades e atitudes) que permitem que os cidadãos engajem-se junto às mídias e outros provedores de informação de maneira efetiva, desenvolvendo o pensamento crítico e a aprendizagem continuada de habilidades, a fim de socializarem-se e se tornarem-se cidadãos ativos. (Wilson et al., 2013, p. 182).

Essa perspectiva em torno das literacias revela um entendimento para além do acesso às tecnologias, mas especialmente às apropriações que são feitas delas a fim de que sejam um meio de expressão e criatividade. Ao analisar a proposta de AMI, Botelho-Francisco (2017) elenca tais pressupostos: a) compreensão e uso dos meios de comunicação de modo consciente e crítico; b) habilidades de leitura, análise, avaliação e produção para diferentes mídias; c) habilidades de decodificação, análise, avaliação e produção de comunicação em variadas formas; d) comprometimento com as mídias para autoexpressividade e participação democrática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Livingstone (2009) indica a importância do contexto multimídia e de seu domínio enquanto uma prática social que contribui para o aprendizado, a comunicação e a participação em atividades cívicas. Visando, então, a essas contribuições, nossa defesa é de que mídia digital tende a proporcionar espaços de Comunicação Participativa para que as crianças exerçam, por si, sua própria cidadania. Ao destacar as vozes infantis das 20 crianças participantes da pesquisa-ação, identificamos aspectos comuns que se referem à necessidade de autoexpressividade e espaços de protagonismo para as crianças tanto na esfera da produção midiática quanto na sociedade, em ambientes familiares, escolares etc. Desse modo, as diretrizes aqui propostas pretendem contribuir com a definição de ações coletivas e de direitos em prol das crianças.

Diretrizes	Proposta	Objetivos
PARA AS ESCOLAS	Utilização do cassete-fórum digital como ferramenta pedagógica de modo que as crianças possam encontrar e produzir informações sobre seus direitos e deveres.	<ul style="list-style-type: none">• Propiciar a descoberta das crianças sobre os direitos e deveres;• Incentivar a busca, a análise e a criticidade diante das informações encontradas on-line;• Fomentar a produção e a socialização de conteúdos elaborados pelas próprias crianças.
PARA AS MÍDIAS	Produção de um programa midiático com crianças para debater temas do interesse infantil, tendo como primeira pauta a cidadania desde a infância, com foco no direito das crianças.	<ul style="list-style-type: none">• Oportunizar um espaço midiático para a produção de conteúdos com e para as crianças;• Fomentar um diálogo entre profissionais de mídias/adultos com os interesses das crianças enquanto um público estratégico de mídia;• Debater os conteúdos de cidadania que se referem ao cotidiano das crianças, tendo como pauta inicial os direitos das crianças.
PARA FAMILIARES	Produção de conteúdo entre crianças e adultos de modo que se possa compreender o que elas fazem on-line e como esse conteúdo pode estar relacionado às vivências off-line.	<ul style="list-style-type: none">• Propiciar a interação entre pais e crianças no ambiente digital;• Compreender as atividades que as crianças fazem on-line e se referem a oportunidades de aprendizado, criação e criticidade;• Alertar as crianças sobre os riscos on-line;• Sensibilizar os pais sobre a importância de um suporte on e off-line sobre as mídias digitais.
PARA AS PRÓPRIAS CRIANÇAS	Criação de um grupo no <i>Whatsapp</i> ou outra rede social com o nome “Infância Nativa” (até mesmo articulada ao universo escolar ou às vivências	<ul style="list-style-type: none">• Promover a autodescoberta das crianças sobre os direitos e deveres;• Incentivar o diálogo entre os sujeitos infantis sobre temas de seus interesses;• Fomentar a comunicação participativa na e entre a infância;

off-line como em comunidades de bairros, igrejas, entre outros) para que as crianças possam debater temas do interesse infantil, cujo ponto de partida possa ser conhecer seus direitos e deveres.

- Garantir a liberdade de expressão e de opinião das crianças.

Fonte: autora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos direcionarmos às infâncias, constatamos que as mídias têm potencial para oportunizar os direitos e a cidadania desde que as crianças, de fato, conectadas e em rede, possam usufruir da interação e da participação como também direitos no ambiente midiático e tecnológico. Mais que o foco nessas oportunidades, o diálogo com essa infância e com aqueles que se relacionam com ela, nos ambientes formais e não formais de educação e comunicação, é mais que necessário. Enquanto uma pesquisa propositiva, contribuimos para que os agentes de socialização da infância se atentem ao perfil geracional e às interações realizadas, e as desejadas, para além do controle e da vigilância, promovendo, de fato, as crianças como atores protagonistas de sua participação e de sua cidadania. E, às crianças, destinando um espaço de direito para que sejam sujeitos participantes e comunicativos, refletindo sobre o que as motiva ao perceber uma valorização de suas falas, sendo o mesmo o que esperam em e das comunidades às quais pertencem.

Referências

BELLONI, Maria Luiza. **O que é sociologia da infância**. Campinas: Autores Associados, 2009.

BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo Eduardo. Literacias emergentes em contextos digitais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 4-26, jan./jul. 2017.

KAPLÚN, Mario. **Hacia una comunicación participativa**: entrevista a Mario Kaplún. Quito: Aler, 1983.

LIVINGSTONE, Sonia. **Children and the Internet**: Great expectations, challenging realities. Cambridge: Polity Press, 2009.

MORA, Gabriela Goulart. #Internet sem vacilo: o direito de ser adolescente no ambiente virtual. In: CGI. **TIC Kids online Brasil 2015**: Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Comitê Gestor de Internet no Brasil, 2016. p. 69-75.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WILSON, Carolyn; et al. **Alfabetização Midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Tradução de Dermeval de Sena Aires Júnior. Brasília: Unesco, UFTM, 2013.

